

ATIVISMOS E NOVOS DISCURSOS SOBRE SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DIVERSIDADE FUNCIONAL: UM OLHAR SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES QUEER-CRIP ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA YES, WE FUCK!

Louise Lima Storni Rocha¹

RESUMO

Tendo como eixo potencial as alianças queer e crip e o uso de categorias de interseccionalidades como gênero, sexualidade e diversidade funcional, a pesquisa realizou uma análise das diferentes estratégias de ativismos do grupo criador do projeto Yes, we Fuck!, situando suas origens, tensões, potencialidades políticas e desafios. A aliança deste grupo com coletivos transfeministas, sediados na cidade de Barcelona, se mostra essencial para desnaturalização de categorias referentes à normatização corporal. Por meio de uma pesquisa qualitativa que utilizou métodos como análise de material documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante, foram percebidas, sobretudo, como as novas representações sobre a sexualidade de pessoas com diversidade funcional, refletidas nas ações/projetos audiovisuais dos grupos, contribuem de forma decisiva para o deslocamento do imaginário conservador em direção à atualização de novos discursos e, consequentemente, na difusão de estratégias micropolíticas em torno da sexualidade e dos direitos sexuais e reprodutivos de pessoas com diversidade funcional/pessoas com deficiência..

Palavras-chave: Deficiências, Direitos sexuais e reprodutivos, Transfeminismo, Ativismos, Gênero.

¹ Doutoranda no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da UERJ lustorni@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da minha dissertação de mestrado, realizado no Programa de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ. Desde agosto de 2023 estou doutoranda no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da UERJ, sob orientação da professora doutora Giovanna Marafon.

A pesquisa realizada durante o mestrado nasceu ao me deparar com o documentário catalão *Yes, we fuck!*, no ano de 2016. Nesse momento fui afetada por uma narrativa que considero bastante original e potente do filme e interpretei que as iniciativas das/os ativistas do documentário poderia ser um espaço frutífero para olhar de que forma, por meio da arte, alguns ativismos contemporâneos se movimentavam para promoção de um debate radical sobre sexualidade, deficiência e dissidência.

Nessa direção, dois anos após o primeiro contato com o documentário, percebi a viabilidade de transformar o grupo criador deste projeto em “sujeito” da minha pesquisa de mestrado.

Cabe destacar, que o interesse pelos estudos da deficiência já me acompanhavam desde a minha graduação em Ciências Sociais, realizada aqui na UFF e, posteriormente, na minha atuação dentro de organizações da sociedade civil onde trabalhei diretamente com ações de inclusão de pessoas com deficiência, sobretudo jovens com deficiência. E também nos dois trabalhos finais das pós-graduações *stricto sensu* que fiz antes do mestrado na sociologia urbana da UERJ e no Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos –CLAM.

No ano de 2018, ao ser aprovada na seleção de mestrado, tive a oportunidade de me aprofundar no tema dos direitos sexuais e reprodutivos e da deficiência, defendendo em julho de 2020 (plena pandemia) a dissertação “Ativismos e novos discursos sobre sexualidade de pessoas com diversidade funcional: um olhar sobre as movimentações queer-crip através da experiência *“Yes, we fuck!”*”, orientada pela professora doutora Andrea Moraes Alves.

Entrando mais especificamente na pesquisa que irei apresentar no texto, destaco que tive a intenção de abarcar mais a dimensão da contextualização do encontro e ações do grupo catalão criador do *“Yes, we fuck!”*, bem como levantar algumas reflexões preliminares sobre as principais demandas políticas dos ativistas.

Portanto, não tive a intenção (e nem tempo durante o mestrado) para realizar análises mais aprofundadas sobre, por exemplo, as contradições internas que existiam dentro do grupo, relação com outros discursos dentro do território ou mesmo o impacto das ações desse ativismo nas arenas políticas institucionais.

A pesquisa, então, teve por objetivo realizar um estudo de caso das diferentes estratégias do grupo ativista criador do documentário *“Yes, we fuck!”*, originário da cidade de Barcelona situando suas origens, tensões, potencialidades políticas e desafios, bem como a articulação deste grupo com outros coletivos ativistas ligados a questão da corporeidade e transexualidade tendo como eixo potencial as alianças teóricas queer e crip e o uso de categorias interseccionais como gênero, raça, sexualidade, deficiência, capacitismo, violências e cuidado.

METODOLOGIA

Para produção de dados e explicações, optei pela metodologia qualitativa, utilizando métodos de levantamento bibliográfico, acompanhamento das produções virtuais do grupo e entrevistas presenciais semiestruturadas. Na ocasião do trabalho de campo entrevistei, durante doze dias da minha estadia na cidade de Barcelona, 06 (seis) pessoas envolvidas na criação e produção do documentário *“Yes, we fuck!”*.

Cabe destacar que todas as pessoas contactadas para as entrevistas presenciais foram encontradas por meio de redes sociais e, posteriormente, com ajuda do principal informante da pesquisa, o ativista tetraplégico e co-diretor do documentário, Antonio Centeno. Contactei cerca de 15 pessoas, mas consegui agendar 06 entrevistas presenciais em Barcelona.

Destaco também que meu desejo em estar presencialmente com as entrevistadas/os (cabe ressaltar que num mundo pré pandêmico-isso foi em 2019) surge de uma verve etnográfica adquirida durante o curso das ciências sociais, mas sobretudo no desejo de vivenciar a atmosfera de celebração artística desse grupo que me parecia pulsante na cidade de Barcelona.

Como primeira estratégia que considero bem sucedida, estive com a pesquisadora espanhola Andrea García-Santesmases (socióloga e professora da Universidade Aberta da Catalunha) que foi uma das idealizadoras do projeto *“Yes, we fuck!”* junto com Antonio Centeno, meu principal informante da pesquisa. E que por meio da leitura de seus artigos pude aprofundar a visão sobre os encontros, movimentações e estratégias desse grupo.

Portanto, parto dos estudos anteriores das pesquisadoras Andrea Garcia e também da brasileira Carolina Branco de Castro Ferreira (do Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP) que foram pesquisadoras que se debruçaram atentamente sobre as movimentações desses grupos na Espanha.

REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiramente gostaria de destacar algumas considerações sobre conceitos e termos que utilizei no estudo. A primeira consideração é que optei por utilizar o termo “pessoas com diversidade funcional”, categoria amplamente falada pelas/os ativistas com as quais estive próxima.

Meu principal informante da pesquisa, o ativista catalão Antonio Centeno menciona que até meados da década de 2000 era muito comum na Espanha utilizar a nomenclatura “personas con discapacidad” (termo similar a pessoas com deficiência). A mudança na nomenclatura veio acompanhada de um debate teórico sobre a questão da diversidade humana e os recorrentes processos sociais que homogeneizam e patologizam diferentes corpos e formas de existências.

Portanto, a adoção do termo “diversidade funcional” teve fins simbólicos- políticos para designar pessoas que se definem “somatodissidentes”. Nessa direção, as ativistas alvo da presente pesquisa optam por utilizar publicamente o termo “diversidade” em oposição à concepção da “discapacidade”.

Nessa direção, decidi priorizar o uso desse termo como “categoria nativa” quando estivesse tratando os princípios de organização, práticas e discursos dos ativismos no contexto espanhol. Em outros momentos utilizo o termo “pessoas com deficiência” para situar os debates teóricos quando relacionados ao Brasil e outros países.

Outro ponto a destacar para leitura do trabalho é o uso do pronome de tratamento. Por se tratar de coletivos que criticam a perspectiva binária de gênero e evidenciar em seus textos e discursos o uso do “x” ou “e” como pronome, busquei exercitar na redação essa maneira de tratamento. Porém, durante o processo de escrita não encontrei fluidez e, por vezes, a leitura também se tornou desconfortável. Como solução momentânea, optei por utilizar o pronome “a ou o” para tratamento dos nomes.

Outros conceitos também são citados recorrentemente no texto, como o conceito de capacitismo, corponormatividade e transfeminismo.

As reflexões sobre as práticas médicas elaboradas pelo filósofo Canguilhem no livro “O Normal e o Patológico” (2009) ajudam a compreender como se deu a construção do imaginário de que ter deficiência é não ser normal. Isto porque há uma visão mecanicista do organismo humano como uma máquina que, em seu estado normal, deve funcionar perfeitamente e cujo rendimento pode ser medido. Neste caso, a doença é o que desorganiza e evidencia que algo não está normal, de acordo com parâmetros instituídos pela fisiologia, com ideais biológicos e classificações baseadas nas características médias e mais frequentes de

casos observáveis. Estabelece-se, então, uma polaridade na dinâmica da vida e uma normatividade, tendo algumas condições valores negativos e outras, positivos (SILVA, 2012).

Nessa direção, a vertente britânica de estudos da deficiência – Disability Studies – também terão destaque no estudo, principalmente porque apresentam o desenvolvimento do modelo social em contraposição ao modelo médico da deficiência. Contudo, as perspectivas feministas e de gênero, que a partir da década de 90 promovem um olhar “interseccional” para constituir compreensões mais complexas sobre a experiência da deficiência, foram fundamentais para discutir as categorias de cuidado, gênero e capacitismo.

A inserção das teorias feministas no campo dos estudos sobre a deficiência, influenciados pelas abordagens pós-modernas e das críticas feministas nos anos de 1990 e 2000, fomentou um novo olhar sobre as premissas constitutivas do chamado “modelo social” da deficiência. Segundo Diniz (2007) a introdução de novos conceitos, que consideram as atribuições de gênero e a experiência do cuidado como centrais nas vidas dos sujeitos/as, permitiu o aparecimento de uma “segunda geração” do modelo social. Esta segunda geração aprofundou discussões que não aconteceram na primeira geração do modelo social, como a necessidade do cuidado, a diferenciação entre justiça social e igualdade de direitos e a compreensão da experiência da deficiência como constituída na interseccionalidade com marcadores sociais.

Sendo assim, as teóricas feministas foram pioneiras, pois criticavam o argumento original do modelo social de que a eliminação de barreiras permitiria que as pessoas com deficiência demonstrassem sua capacidade produtiva, argumentando que era uma ideia insensível à diversidade de experiências da deficiência, visto que nem todas as condições da deficiência permitem viver essa autonomia plena, mesmo com as oportunidades em questão (GOMES e LOPES, 2017 Apud DINIZ, 2007).

Foram as teóricas feministas que pela primeira vez, mencionaram a importância do cuidado, falaram sobre a experiência do corpo doente, exigiram uma discussão sobre a dor e trouxeram os gravemente deficientes para o centro das discussões – aqueles que jamais serão independentes, produtivos ou capacitados à vida social, não importando quais ajustes arquitetônicos ou de transporte sejam feitos. Foram as feministas que introduziram a questão das crianças deficientes, das restrições intelectuais e, o mais revolucionário e estrategicamente esquecido pelos teóricos do modelo social, o papel das cuidadoras dos deficientes. Foi o feminismo quem levantou a bandeira da subjetividade na experiência do corpo lesado, o

significado da transcendência do corpo para a experiência da dor, forçando uma discussão não apenas sobre a deficiência, mas sobre o que significa viver em um corpo doente ou lesado. (DINIZ, 2007, p. 3 e 4).

A antropóloga brasileira Anahí Guedes, explica o termo capacitismo como uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade, aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia. (Mello, 2016: 3272).

Nessa sequência, os pontos a serem aprofundados apontam também para o cruzamento conceitual queer/crip e a influência desse pensamento nas alianças promovidas pelos grupos ativistas que foram alvos da pesquisa.

Primeiramente é importante situar do que se tratam os conceitos denominados queer e crip. O queer é tudo que o discurso da sociedade transforma em anormal, em estranho, em abjeto, em subalterno (MISKOLCI, 2012). Podem-se colocar nessa categoria os gays afeminados, as lésbicas masculinizadas, as pessoas trans e travestis, as pessoas intersex, e todos considerados “desviantes” a partir de padrões normativos. Esse termo originalmente é um xingamento de teor extremamente pejorativo. Pode-se considerar, então, a teoria queer como uma linha de pensamento filosófico e sociológico surgida da aliança entre feministas e movimento LGBTQIAPN+ que para além de uma política identitária, configura-se como uma teoria crítica e pós-identitária orientada pela política das diferenças e da subversão.

Situando esse debate nos estudos decoloniais e pós-coloniais, a autora Larissa Pelúcio (2012) indica que para o teórico queer Paul Beatriz Preciado, o pós-feminismo representaria uma maturidade do feminismo como teoria política e não um antifeminismo. Tratar-se-ia de uma política e de uma teoria, que formularia resposta à globalização dos modelos europeus e norte-americanos heterossexuais, ao feminismo liberal e, mesmo, à cultura gay integracionista. Para ela, é preciso que se leia a teoria queer em continuidade com as críticas pós-coloniais.

Cabe destacar que Larissa Pelúcio, bem como outros autores brasileiros, como Jota Moçamba (2016), Guacira Lopes Louro (2000), Pedro Paulo Gomes Pereira (2012), entre outros, realizam um original e sintonizado estudo com ações produzidas em diferentes centros e periferias do Brasil e América Latina.

A teoria crip, desenvolvida principalmente pelo crítico estadunidense Robert McRuer (2006), reúne os estudos da deficiência com a teoria queer. O termo crip vem do inglês cripple, que significa aleijado, defeituoso. Dessa forma pode-se

considerar o crip “uma reapropriação positiva do estigma com cunho afirmativo e reivindicativo de consciência política”. (MOTA, 2018, p. 155).

O antropólogo Marco Antonio Gaverio (2018), ao discutir o termo crip – traduzido como “aleijado” em português, explica que:

Se autodenominar ‘aleijado’ se torna uma forma de capturar a ofensa proferida pelo outro, a devolvendo em forma de ironia política ao ofensor. Ao mesmo tempo, essa operação produz uma outra ambiguidade política estratégica: afirmar-se aleijado tanto pode reafirmar uma política identitária das próprias pessoas que já são consideradas ‘deficientes’, quanto pode produzir uma contra identidade aleijada com relação às legitimidades e autoridades disciplinares que decidem as características e nomeiam oficialmente quem é ou não deficiente (GAVERIO, 2018).

Desenvolvida a partir da década de 2000, o crip é considerado uma ampliação teórica aos estudos da deficiência. A partir da crítica feminista à primeira geração de estudos do modelo social da deficiência, a teoria crip se instala na tensão entre as categorias da deficiência e da sexualidade. Trata-se de uma produção inspirada na crítica queer das políticas da normalidade sexual configurada numa crítica também aos processos que patologizam socialmente comportamentos e corpos como naturalmente desviantes.

Sendo assim, tem-se no termo crip uma conotação assumidamente agressiva, pejorativa e subversiva, a fim de marcar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização do corpo, inspirando-se, igualmente, nos trabalhos de Foucault, Derrida e Butler para desenvolver sua crítica aos sistemas de opressão marcados pelo patriarcado, pela heterossexualidade compulsória e pela corporeidade normatizada compulsória (MELLO, 2014).

Não obstante, o termo crip, segundo McRuer (2006), é fluido e trata-se de um posicionamento político, podendo ser pleiteado por pessoas sem deficiência, de forma parecida como o usado pelo queer como colocado por Miskolci (2016) quando se refere ao termo “hetero-queer”. Tal como o queer, pode-se considerar o crip aberto a novas possibilidades, relacionando-se com o devir, com a des-identificação, des-subjetificação e resistência à norma e “como já foi referido, os corpos crip, são corpos transviados que se desviam da norma estético-funcional porque são inerentemente resistentes a ela” (MOTA, 2018, p.155).

McRuer (2015) indica ainda que ao se adotar a perspectiva crip nos estudos da deficiência, também se adota uma posição politicamente mais radical e contestatória do que nos estudos clássicos centrados no modelo social da deficiência. Isso porque ele considera o modelo social da deficiência mais reformista que

propriamente revolucionário, visto que nessa perspectiva é proposto um olhar na centralidade da identidade das pessoas a partir da característica da deficiência.

O modelo social negligencia os impactos da lesão/deficiência traz para os corpos dos sujeitos por localizar as desvantagens da deficiência nas estruturas sociais, o modelo social desconsidera aspectos como dor, doenças crônicas e cansaços advindos da deficiência, que impactam corpos, mas que não são solucionados com adequações arquitetônicas ou atitudinais (MCRUER, 2015, p.32 apud MAGNABOSCO e SOUZA, 2019, p. 6).

Já a perspectiva crip se revela identitária, na medida em que afirma a deficiência para o fortalecimento e reconhecimento político na busca por ampliação de direitos, mas concomitantemente, é contra-identitária, pois se recusa a engessar seus limites em definições pré-estabelecidas (MAGNABOSCO e SOUZA, 2019).

Nesse sentido, McRuer (2015) indica que a teoria crip abarca alguns princípios. O primeiro diz respeito às conexões com outras formas de sofrimento que não são inicialmente vinculados a deficiência, se caracterizando como uma “política de coalizões”, sem, contudo, deixar de abordar a especificidade relacionada aos corpos com deficiência. Essa política se caracteriza pela possibilidade de coalizão entre políticas identitárias e formas coletivas de combater a desigualdade, opressão pelo corpo e comportamentos hierarquizados como desvios.

Por fim, por meio do olhar teórico queer /crip, é possível investigar a existência e experiência de alianças de grupos ativistas que se afinam na crítica à naturalização de corpos eficientes através dos binômios eficiente/deficiente, hetero/homo, público/privado, bem como a compreensão de que a acessibilidade também perpassa pelo direito ao acesso à sexualidade, ao prazer e ao próprio corpo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho é estruturado em 4 capítulos, onde percorri primeiramente a discussão sobre biopoder e a normatização da vida. Depois analiso como as perspectivas feministas e de gênero, a partir da década de 90, promovem um olhar “interseccional” para constituir compreensões mais complexas sobre a experiência da deficiência. Nessa sequência, aponto para o cruzamento conceitual queer/crip e a influência desse pensamento nas alianças promovidas pelos grupos ativistas alvos da pesquisa. Por se tratar de ativismos que transitam numa ambiência “pós-pornô”, também aponto brevemente no que consiste o movimento da

pós-pornografia em Barcelona e sua relação com a proposição de críticas e novas práticas artísticas.

Nos últimos itens do trabalho, apresento os caminhos metodológicos, explicitando os referenciais utilizados para realização da pesquisa qualitativa, bem como apresentação das/os entrevistadas/os e estratégias utilizadas no trabalho de campo. E por fim, realizo reflexões sobre as esferas pesquisadas, considerando os dados que surgiram a partir do material de pesquisa realizando uma problematização sobre demandas políticas que permeiam o projeto ativista, em especial os debates relacionados a “vida independente”, “assistência pessoal” e “assistência sexual”.

Mas trago aqui de forma resumida alguns achados e reflexões levantadas na pesquisa de mestrado.

Acredito que minha suspeita inicial se confirmou ao longo da pesquisa. A aliança queer-crip a qual me debrucei estudando e ouvindo as pessoas que fizeram parte da produção do *Yes, we fuck!* produz uma potente crítica a “corporatividade”, conceito que trabalha com idéia de que existe uma identidade biológica-social, materializada em corporeidade que naturalizam binarismos como normal/patológico, capaz/incapaz, eficiente/deficiente, hetero/homo, público/privado.

O uso do recurso de “imagens explícitas” e da estética pós-pornô na narrativa do documentário, possibilitam ao espectador ampliar o repertório de representações sobre corpos “subalternizados” e desvendar suas criativas formas de lidar com a sexualidade, bem como provocar questionamentos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência/diversidade funcional.

Vale frisar que o movimento da pós-pornografia e sua relação com o grupo estudado é parte fundamental da narrativa. O pós-pornô é considerado uma corrente que em essência se opõe à pornografia convencional, reunindo formas de ativismo, protesto, arte e pornografia de pessoas que ao não se verem representados (ou se verem representados somente no lugar do fetiche), na pornografia comercial, propõem novas práticas artísticas e ativistas, como forma de trazer visibilidade e debate sobre corpos que desafiam as normas sexuais e de gênero.

Destaco aqui o curta-metragem “Nexos” de 2014, considerado o primeiro filme pós-pornô queer-crip (tullido- transfeministas) gerado em contexto espanhol. O curta contou com a participação de homens trans e pessoas com diversidade funcional que já se movimentavam na direção da produção do *“Yes, we fuck!”*.

Outra reflexão proporcionada durante a pesquisa foi sobre a temática da assistência sexual, que em 2019 se apresentava como forte demanda política no território e é apresentada em algumas cenas do documentário *“Yes, we fuck!”*.

A assistência sexual, na perspectiva do grupo ativista catalão, é um suporte para que pessoas com diversidade funcional conheçam seu próprio corpo e, com isso, possam desenvolver seu desejo e erotismo. O serviço também pode ser usado por casais, para que uma pessoa com diversidade funcional possa realizar posições sexuais ou movimentos que, de outra forma, não conseguiria.

Tal categoria se apresentou como um frutífero campo de futura investigação, até por apresentar várias tensões e disputas em relação a categoria da prostituição, tanto no campo do mercado de trabalho sexual como das políticas públicas. Para melhor definição das atuações da assistência sexual, o grupo definiu quais seriam as diferenças e intersecções entre a assistência sexual, a prostituição e a terapia sexual, com o intuito de delimitar a assistência como mais uma possibilidade dentro do mercado de serviços sexuais.

Outra reflexão levantada foi a potencialidade da aliança entre o movimento transfeminista (especialmente de homens trans) e o movimento de pessoas com diversidade funcional. Essas alianças se mostraram, ao meu ver, de forma tão potente que concentrei grande parte do arcabouço teórico da pesquisa nessa conexão, adotando a teoria crip como um ponto norteador.

Citando a percepção do antropólogo Marcos Gaverio, a teoria crip (em português: teoria aleijada) é uma teoria que se instala na tensão entre as categorias da deficiência e da sexualidade. E trata-se de uma perspectiva que se revela identitária, na medida em que afirma a deficiência para o fortalecimento e reconhecimento político na busca por ampliação de direitos, mas concomitantemente, é contra-identitária, pois se recusa a engessar seus limites em definições pré-estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro das disputas sobre a representação de corpos e sobre o imaginário contemporâneo, interpreto que a arte e a comunicação desempenham um papel fundamental na construção de performatividades políticas no agenciamento de corpos dissidentes, bem como buscam romper o binômio dependência-infantilização que cerca o imaginário coletivo quando se pensa a sexualidade de pessoas com diversidade funcional.

Por meio das iniciativas artísticas e ativistas, é possível se aproximar da esfera simbólica e agitar por meio do afeto e da crítica, o imaginário coletivo que

ainda valoriza a reclusão de pessoas com diversidade funcional e a exclusão de corpos trans, rompendo com imagens capacitistas e estereotipadas que cercam esses corpos.

As alianças entre ativistas do campo transfeminista e ativistas do campo da diversidade funcional realizam em suas ações a materialização da perspectiva queer-crip propondo uma autêntica revolução de corpos, no sentido apontado por Paul B. Preciado (2019) quando desenvolve o conceito de revolução somato-política.

E para explicar esse conceito, faço minhas palavras finais, as palavras de Preciado:

É necessário estabelecer uma aliança transversal e universal de corpos vivos que desejam sair dessas normas. E essa aliança pode ser muito ampla,...Falo da luta somato-política para nomear essa nova revolta dos corpos vivos: eles não querem mais que seu poder de vida seja explorado pelo dispositivo necropolítico capitalístico-patriarcal.[...]. (PRECIADO, 2019).

AGRADECIMENTOS

Aproveito esse espaço para listar o nome das/os entrevistadas/os e agradecer as pessoas que fizeram possível esse trabalho. Antonio Centeno, ativista catalão com tetraplegia e co-diretor do documentário. Ele se tornou meu principal informante e aliado na abertura de “portas” para falar com outras /os entrevistadas/os. A pesquisadora espanhola Andrea García-Santesmases (socióloga e professora da Universidade Aberta da Catalunha) que foi uma das idealizadoras do projeto Yes, we fuck! . Cristina Reys, assistente sexual que atua profissionalmente junto a pessoas com diversidade funcional. Miriam Balessi, de nacionalidade argentina e possui tetraplegia. Ela participou como uma das protagonistas do documentário e atua como artista plástica e proprietária de um charmoso bar em Barcelona, onde voltei muitas vezes durante minha estadia na cidade para assistir performances teatrais. Linda Porn, mexicana que vive há quinze anos na Espanha, artista visual e ativista do movimento de prostitutas que vivenciou a experiência como profissional do sexo marcada transversalmente por sua condição de imigrante. Linda também participou como uma das protagonistas do documentário Yes, we fuck!. Elena Urko, homem trans, fundador do coletivo Post-Op e protagonista do documentário. E Jaume Girbau Baqueiro, que possui amputação dos membros superiores, é bailarino, ativista em Barcelona e também participou da produção do documentário.

REFERÊNCIAS

CANGUILHEM, G. O Normal e o Patológico. 6. ed. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, 2009.

CENTENO ORTIZ, Antonio. Simbolismos y alianzas para una revuelta de los cuerpos. Educación Social. **Revista d' Intervenció Socioeducativa**, 58, p. 101-118, 2014.

DAUMAS, Cécile, INTERVIEW Paul B. Preciado : «Nos corps trans sont un acte de dissidence du système sexe-genre» **IN LIBERATION**, 19 mars 2019 , <https://bit.ly/2MjOdvH>

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, Brasília, v.28, p.1-10,2003. Disponível em <[http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf)>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

DINIZ, D.; SANTOS, W. (Orgs.). Deficiência e Discriminação. Brasília: **Letras Livres EdUnB**, 2010.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. São Paulo, Sur - **Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 11, p.65-78. Disponível em:<http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo11.php?artigo=11,artigo_03.htm>. Acessado em: 14 fevereiro de 2023.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. “Yes, we fuck”: sexualidade, “diversidade funcional” e mercado do sexo. **V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia**, Vila Real, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/6922944/_Yes_we_fuck_sexualidade_diversidade_funcional_e_mercado_d_o_sexo.Apresenta%C3%A7%C3%A3o_na_V_Reuni%C3%A3o_da_Associa%C3%A7%C3%A3o_Portuguesa_de_Antropologia. Acessado em 14 de fevereiro de 2023.

GAVERIO, Marco Antonio. Querem chupar seu cotoco?: deficiência, sexualidade e possíveis transações corporais. **Anais da XIII Semana de Ciências Sociais da UFSCar**. São Carlos, 2015.

GARCÍA-SANTESMASES, Andrea. ¡Yes, we Fuck! El Grito de la Alianza Queer-Crip. **Revista Latino-americana de Geografía e Género**. Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 226 - 242, ago. / dez. 2016.

GARCÍA-SANTESMASES, Andrea; BRANCO DE CASTRO, Carolina. Fantasmas y fantasías: controversias sobre la asistencia sexual para personas con diversidad funcional. *Pedagogia i Treball Social*. **Revista de Ciències Socials Aplicades**. Vol. 5, No 1 (2016). Disponível em: http://ojs.udg.edu/index.php/pedagogia_i_treball_social/article/view/252/303, acessado em 25 de outubro de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2000.

MAGNABOSCO, Molise de Bem; SOUZA, Leonardo Lemos de. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2. E56174, 2019.

McRUER, Robert. Crip theory: cultural signs of queerness and disability. **New York: New York University Press**, 2006.

_____. Crip Times: Disability, Globalization, and Resistance. New York University Press, 2018.

MELLO, Anahí Guedes “As deusas nos protejam dessas novas cruzadas”. **NÓMADAS**. enero-junio de 2020 - Universidad Central - Colômbia, v. 52, pp. 216-226.

MELLO, Anahí Guedes. Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. **Dissertação (Mestrado em Antropologia Social na UFSC-)** Santa Catarina, 2014.

MELLO, Anahí Guedes e NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 20 (3): 384, 2012.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismo, feminismos e estudos queer. **Revista Contemporânea**. São Carlos, v. 2, n. 2 p. 395-418. Jul.-dez. 2012.

PRECIADO, B. Paul. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: **N-1 edições**, 2014, 224 p.

ROCHA, Louise Lima Storni Rocha. Ativismos e novos discursos sobre sexualidade de pessoas com diversidade funcional: um olhar sobre as movimentações queer-crip através da experiência Yes, we fuck!. **Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos em Política Públicas)** – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 129. 2020.

SARMET, Érica. Pós-pornô, dissidência sexual e a situación cuir latino-americana: pontos de partida para o debate. **Revista Periódicus**, 1ª edição, Salvador: maio-outubro de 2014.

SILVA, Marina Maria Ribeiro Gomes da. Condições e contradições por direitos sociais e inclusão: uma análise sobre as movimentações e mediações de pessoas com deficiência em conferências de saúde. 2012. 156 f. **Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde**, Rio de Janeiro, 2012.